



Revista Cocar. Edição Especial N.43/2025 p. 1-6

ISSN: 2237-0315

Dossiê: A educação pública como expressão de disputas: análise de interesses privados e privatistas em contextos do sul global

Apresentação do Dossiê: A educação pública como expressão de disputas: análise de interesses privados e privatistas em contextos do sul global

Presentación del Dossier: La educación pública como expresión de disputas: análisis de los intereses privados y privatizadores en contextos del Sur Global

Theresa Adrião
Universidade do Estado de Campinas (UNICAMP)
Campinas- Brasil
Isaac Paxe
Instituto Superior de Ciências da Educação
Luanda-Angola

Resumo

Ancorados na concepção relacional dos espaços geográficos, o ponto de partida para este Dossiê é a Rede Latino Americana e Africana de Pesquisadore.as em Privatização da Educação/Relaappe, e busca colaborar para a descodificação do “espaço global” (Ferabolli, 2021). Em vista disso, o dossiê é integrado por diferentes perspectivas sobre processos de afirmação e, por vezes, de negação do direito à educação, tendo em vista, políticas educativas implementadas e seletividades praticadas por agentes políticos. O conjunto dos onze trabalhos tem por objeto problemas contemporâneos da educação em países e territórios que se aproximam, entre outras coisas, pelos processos de colonização, mas se diferenciam pela escala das desigualdades socioeconômicas e pelas complexidades associadas aos modelos de organização educacional instituídos.

Palavras-chave: Sul Global; Privatização; Direito à Educação

Resumen

Basado en la concepción relacional de los espacios geográficos, este Dossier se inspira en la Red Latinoamericana y Africana de Investigadores sobre la Privatización de la Educación/Relaappe y busca colaborar en la decodificación del «espacio global» (Ferabolli, 2021). Por lo tanto, el dossier se integra con diferentes perspectivas sobre los procesos de afirmación, y en ocasiones de negación, del derecho a la educación, considerando las políticas educativas implementadas y la selectividad practicada por los agentes políticos. Los once artículos abordan problemas educativos contemporáneos en países y territorios similares, entre otras cosas, debido a los procesos de colonización, pero que difieren en la magnitud de las desigualdades socioeconómicas y las complejidades asociadas a los modelos organizativos educativos establecidos.

Palabras clave: Sur Global; Privatización; Derecho a la Educación

Apresentação

Em que pese as ferramentas para estímulo à circulação internacional da produção científica, colocar em relevo temas e aspectos que constituem e são construídos pelos processos e relações próprias aos “espaços” que materializam o Sul Global, não é tarefa fácil.

Mesmo considerando aparente a contraposição entre “espaços” geográficos representada pelo binômio Norte-Sul, em verdade o binômio representa relações assimétricas em todos os terrenos, uma vez que “não existe espaço fora dos processos que o definem. Os processos não ocorrem no espaço, mas definem a sua própria estrutura espacial”. (Harvey 2004, p.4)

Ancorados nesta concepção relacional dos espaços geográficos, é que entendemos o esforço sintetizado na articulação que origina este Dossiê: A Rede Latino Americana e Africana de Pesquisadore.as em Privatização da Educação/Relaappe, iniciativa que busca colaborar com a descodificação do chamado “espaço global” (Ferabolli, 2021)

Partindo desta inscrição, contornada pelas marcas de espaços socialmente construídos, este dossiê é integrado por diferentes perspectivas a respeito de processos relativos à afirmação e, por vezes, à negação da educação como direito humano. Tendo em vista as políticas educativas implementadas e as seletividades praticadas pelos agentes políticos em condição de decisão.

O conjunto dos trabalhos toma por objeto problemas contemporâneos da educação em países e territórios que se aproximam, entre outras coisas, pelas lógicas dos processos de colonização ibéricos, influência colonizadora do catolicismo na educação, mas se diferenciam pela escala das desigualdades socioeconômicas e pelas complexidades associadas aos modelos de organização educacional instituídos.

No contexto educacional de países africanos, desde o advento das independências, a educação, na sua abordagem como direito humano (Tomasevski, 2004), consta das pautas das realidades sociopolíticas do sul global africano. Todavia, como lembrado em “Éduquer ou Périr” (ki-zerbo, 1990), “whose education for all” (Brockne Utne, 2000), e “África 2063”, os desígnios desta educação esbaram nos desafios herdados da história da construção dos sistemas de educação em África que, geralmente, não efetiva questões como acesso e permanência, financiamento adequado, profissionais capacitados e valorizados, infraestruturas apropriadas, material ensino, etc. Por outro lado, há a demanda para a

superação desta realidade que esvazia a educação da sua nobre missão – formar o humano-histórico nos marcos das liberdades e justiça social. É no cenário da demanda que emergem as responsabilidades conferidas aos Estados desta realidade como garantes da efetivação da educação democrática.

Entretanto, o contexto derivado de seus processos sociopolíticos e históricos tem produzido Estados frágeis (Silva; Oliveira, 2020), que se revelam não devidamente capazes em garantirem a educação, e por outra, sujeitarem-se aos acenos das agendas supranacionais para lidar com a realidade. Como exemplos, sobressaem agendas como a “desenvolvimento estrutural” e “Educação para todos”. O desenvolvimento estrutural assentou sua ação política na reforma do Estado nos países em desenvolvimento buscando a estabilização, a liberalização e a privatização. O balanço da sua controversa pauta é, entre outros, a não efetiva realização de questões ligadas ao bem-estar social, particularmente na área da educação e da saúde (Rono, 2002). Sobressai também, neste inventário, a ampliação da erosão da legitimidade dos Estados africanos com implicações na sua capacidade de implementar políticas (OLukushi, 1998). É neste cenário que se ensaia a agenda “Educação para Todos”. Quanto à esta, Brock-Utne (2000) reconhece os avanços na formulação filosófica e no campo dos direitos. No entanto, a condição socioeconómica condicionou os Estados fragilizados em cumprirem com os encargos para a realização da educação para todos. Nesta circunstância, a privatização, informada pelo liberalismo de mercado e a divisa “menos Estado logo menos encargos públicos”, dá lugar ao olhar da educação como um bem mercadejável (Evangelista, 2022) reintroduzindo na esfera pública a cobrança pelos serviços da educação, e também a mercantilização da educação por agentes privados, com foco na oferta educacional, na gestão da educação pública e do currículo (Adrião, 2022). Em defesa da educação democrática, também questionamos com Brock-Utne, que educação para todos?

Em síntese, no campo concreto da educação, seja a fragilidade dos Estados ou as assimétricas relações em favor de elites que os constituem em cada contexto analisado, sedimentaram as possibilidades das agendas nacionais se imporem nos diferentes países, independente das ideologias que as sustentam. Como consequência, testemunha-se a proliferação de atores e de agendas privatistas e privados em torno da demanda pela educação.

Este dossiê, integrado por dez artigos, dedica-se, justamente, a compreender os cenários que se constroem e se sedimentam na esfera pública do sul global face aos interesses privados historicamente construídos nos contextos de agendas multilaterais dos programas de cooperação e financiamento ou decorrentes da institucionalização e, quase naturalização, de orientações políticas associadas a tais interesses.

No caso dos contextos sul-americanos, as identidades e as diferenças são captadas em análises de políticas educacionais embebidas no gerencialismo, este também traduzido nas relações sociais constituídas e constituintes das lógicas institucionais, das disputas e dos atores políticos observados em cada contexto.

Assim, os artigos sobre a educação brasileira e uruguaia acionam a difusão e as consequências de políticas e medidas governamentais que, ancoradas em interesses de organizações privadas, estimulam a padronização do trabalho docente e dos resultados escolares e vêm, ainda que em ritmos distintos, conformando modelos formativos e carreiras docentes dos sistemas de ensino analisados. Estas conexões são tratadas em três artigos: “Disputas político-pedagógicas en la formación docente. Avance privatizador en Brasil y Uruguay”, de Cossetin, Bordoli e Pasini; “Recortes do Sul Global: a prática empresarial aplicada ao setor público educacional nos municípios de São Paulo, Brasil” de Selma Venco e Isaac Pimentel Fernandes Sobrinho e no texto “Do programa de classe ao cotidiano escolar: Neoliberalismo, Gerencialismo e Nova Gestão Pública na educação”, escrito por Rodrigo da Silva Pereira, Luciana Rosa Marques e Iana Gomes de Lima

Discute-se, com o artigo de Thais Marin, as narrativas vocalizadas pela grande imprensa brasileira como apoio para construção de “evidências” sobre modelos de ensino declaradamente mais eficazes, apoiados em indicadores e métricas que desqualificam os sistemas públicos ao se parametrizarem nas seletivas escolas privadas.

O aporte, desde o contexto da educação argentina, proposto por Myriam Feldfeber, Nora Gluz y Lucrecia Rodrigo, sublinha o papel de destaque que as “habilidades socioemocionais” têm assumido como orientador das políticas educacionais naquele país, movimento impulsionado por um conjunto diverso e articulado de atores políticos privados.

A diversidade da incidência de atores e organizações privadas na condução da política educacional mobilizou o estudo de Maria Augusta Peixoto Mundim: “Estratégias de privatização na educação pública em Goiás”. Já a disputa pelos fundos públicos por tais atores

foi reportada para o caso da educação especial por Ana Paula Soto e para o caso da primeira Parceria público-privada (PPP), na modalidade concessão, do Brasil por Nicole Rivello Fortes de Almeida e Flávia Monteiro de Barros Araújo no artigo “Gestão democrática em contextos de privatização: análise da experiência da PPP na educação infantil de Belo Horizonte”.

O tema da internacionalização do ensino no contexto brasileiro e angolano foi objeto, respectivamente, dos artigos de “Desafios estruturais e curriculares para a Internacionalização do Ensino Superior angolano entre o global e o local: Uma análise a partir do modelo de múltiplos fluxos” de Lando Emanuel Ludi Pedro e “Análise dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica: Soft power e privatização no Brasil” elaborado por Bruno Fernandes do Amaral e Marcelo Mocarzel.

Por fim, este número especial é integrado pela resenha de Santiago Castigio e Monteiro sobre a obra “A oferta educacional sob influência da financeirização econômica: estudos sobre a atuação das holdings Eleva e Cogna em diferentes regiões do Brasil”, coletânea organizada por Theresa Adrião e Marcelo Mocarzel e publicada em 2025 pela Editora ANPAE.

Os temas tratados pedem atenção dos e das leitores e leitoras, mas qualificam olhares e esforços para a defesa embasada da educação pública para todos e todas como direito humano.

Referências nomes por extenso

ADRIÃO, Theresa. Dimensões da privatização e suas formas de operacionalização. In: ADRIÃO, Theresa. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil:** um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília, ANPAE, 2022.

AFRICAN UNION COMMISSION. **Agenda 2063.The Africa we want.** 2015

BROCK-UTNE, Birgit. **Whose Education for all?** The recolonization of the African mind. Falmer Press: New York . 2000

EVANGELISTA, Olinda. Entrevista. **Revista Lex Cult**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 155-166, jan./abr. 2022.

FERABOLLI, Silvia. **Space Making in the Global South:** Lessons from the GCC- Mercosur Agreement . Contexto Internacional, 43(1), 9–31, 2021.

HARVEY, David. O Espaço Como Palavra-Chave . **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 126 – 152

KIZERBO, Joseph. **Éduquer ou périr; impasses et perspectives africaines.** UNESCO. Paris/Dakar, 1990.

OLUKOSHI, Adebayo O. **The elusive Prince of Denmark.** Structural adjustment and the crisis of governance in Africa. Motala Grafiska. 1998

RONO, Joseph K. The impact of the structural adjustment. **African Jounal of Social Work** Vol 17(1) 2002:81-98

SILVA, Rui.; OLIVEIRA, Joana. Privatização da Educação em 24 países africanos: tendências, pontos comuns e atípicos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e238622, 2020.

TOMASEVSKI, Katarina. **Manual on rights-based education:** global human rights requirements made simple. Bangkok: UNESCO Bangkok. 60 p., 2004.

Sobre o/a organizador/a

Theresa Adria

Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela FEUSP, Livre Docente pela UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp. Coordenadora da Relaappe e do GREPPE- UNICAMP (<https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br>). Foi professora visitante na UFBA e na UNEMAT. Desenvolve pesquisas e estudos sobre política educacional com ênfase em estudos críticos sobre privatização e financeirização da educação básica com várias publicações sobre tais temas. Bolsista Produtividade do CNPq- BR.

Email: theadria@unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1181-5873>

Isaac Paxe

Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Leciona atualmente nos programas de graduação (Licenciatura) e de pós-graduação (Mestrados) no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) em Luanda, Angola. Tem como interesse de pesquisa a área de Educação, com ênfase em Política Educacional, principalmente sobre os seguintes temas: gestão democrática de sistemas e de unidades escolares, análise de políticas educacionais, financiamento público da Educação e políticas de formação de professores. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8220-9104>

Email: isapaxe@gmail.com

Recebido em: 24/10/2025

Aceito para publicação em: 28/10/2025